

Repensando os discursos e imagens sobre os indígenas

*Hilda B. Dmitruk**

Resumo

O artigo trata das imagens e visões que permeiam as representações discursivas sobre os indígenas brasileiros, na transdisciplinariedade entre Pré-História, História e Arqueologia. Essas abordagens criaram ou consolidaram visões eurocêntricas e racistas que não refletem as histórias e processos vivenciados pelas diferentes etnias no Brasil. Nessa perspectiva, historiciza a questão em diferentes momentos e diferentes ciências, elaborando um apanhado dos diferentes momentos e diferentes ciências, elaborando um apanhado dos diferentes olhares sobre a problemática e apontando alguns caminhos para a superação dos estereótipos do senso comum, veiculadas em espaços como mídia, cotidiano familiar e escolar.

Palavras-chave: Indígenas, discurso, imagem, racismo, historicidade.

Introdução

Este estudo pode ser inserido no movimento de pesquisadores brasileiros preocupados com a falta de abordagens interdisciplinares para o trabalho de publicização da problemática indígena e da história das suas diferentes etnias. Procuramos fazer uma incursão “arqueológica” dos discursos a respeito dos indígenas. A reconstrução das representações e práticas do passado e o presente é fundamental para o fortalecimento da identidade cultural indígena.

Nessa direção, procuramos desnaturalizar certos discursos arqueológicos, etnográficos e históricos antigos e recentes, enquanto documentos-monumentos. No sentido apontado por Le Goff (1992) e em uma leitura foucaultiana, esses discursos devem ser desmontados, contextualizando suas condições de produção, escavando as camadas do passado para desvendar as práticas sociais que os engendram ou que acabam legitimando.

Por essas razões, buscamos aqui suscitar algumas reflexões diante das diferentes formas discursivas existentes acerca da problemática indígena, tendo como pressuposto: a necessidade de repensar criticamente suas formulações quando da utilização (e divulgação) dessa documentação (e as representações subjacentes) nas pesquisas arqueológicas e históricas.

O texto foi dividido em três itens. No primeiro, trazemos à tona uma discussão sobre conceitos dentro do contexto e dados fornecidos pela Pré-História, a História, a Antropologia e a Arqueologia brasileira; no segundo, as visões, representações e imagens sobre os indígenas brasileiros em geral, fortemente influenciados pelo cientificismo positivista e uma visão eurocêntrica. Por último, abordamos as concepções subliminares presentes nos livros didáticos e museus, tendo – nesse último caso – como referência os museus da região Oeste de Santa Catarina.

Para tal, recorreremos, principalmente, às interpretações etnográficas, históricas e arqueológicas traçando uma trajetória dos

conceitos e representações eruditas (e seu rebatimento nas visões e práticas) e, compulsamos a historiografia nacional relativas à temática indígena. O desafio está na necessidade de ampliar a discussão sobre o senso comum e as perspectivas ideologizadas que constituem a maioria das visões preconceituosas enraizadas no imaginário brasileiro. Podemos considerar essa discussão como o cerne do repto que o programa de extensão "Escola-Comunidade-Escola" (PEC) do Centro de Organização da Memória (CEOM), deve enfrentar para construir conexões positivas e processos de conhecimento mútuo entre grupos culturalmente diferenciados, superando o maltrato da questão indígena no ensino, no livro didático, nos museus e na prática cotidiana.

Os pressupostos dos quais partimos justificam a relevância do estudo realizado. Vivemos num mundo social e num país dividido por classe, raça, etnia, gênero e idades, entre outras hierarquizações discriminatórias. Os livros didáticos de História, salvo raras exceções, tendem a manter e reforçar as visões hegemônicas da classe social (ou do grupo burocrático) dominante, de predomínio racial (do branco e europeu), de superioridades étnicas, de opressão feminina e de falta de diálogo entre as idades.

Em geral, a concepção de História e de patrimônio cultural que orienta as narrativas históricas e museográficas locais costumam deixar boa parte da população à margem do registro histórico e da preservação patrimonial. O mito do colonizador e o pionerismo dos colonizadores da região é muito forte. As histórias relatadas nos lares, nas escolas, os sujeitos sociais e temáticas abordadas nos museus e a maioria das histórias locais escritas veiculam uma mensagem subliminar que invariavelmente enfatiza e alimenta o mito do pioneiro desbravador. No entanto, o espaço social se constrói com a participação de todos os grupos, famílias e segmentos que o formaram ou formam. Essas marcas devem ser evidenciadas pois, memória, história e legado cultural são referenciais essenciais de identidade individual e coletiva para as sociedades atuais.

Muitas das afirmações que fazemos decorrem de observações empíricas que foram sendo perfilados na prática docente e nas in-

tervenções patrimoniais realizadas junto ao PEC. Avaliamos que a reflexão sobre as representações etnográficas e historiográficas e outros aportes interdisciplinares a respeito dos indígenas é uma forma de contribuir na superação das posturas acima apontadas. Paralelamente, subsidia estratégias de afirmação desses grupos como sujeitos conscientes de suas histórias pessoais e sociais, conhecedores dos lugares que lhes foram destinados, mas principalmente que ocuparam e ocupam no processo de construção local e nacional .

Visões, representações e imagens sobre os indígenas

[...] em suma, dar significação à palavra. arqueologia [...]. Palavra perigosa, já que parece evocar traços caídos fora do tempo e fixados, agora em seu mutismo. De fato trata-se de descrever discursos. (FOUCAULT, 1972, p. 170).

Pensamos que é também no desvendamento dos enunciados e discursos teóricos das Ciências Sociais e de suas condições de produção cultural e divulgação acadêmica que se encontra a chave para mudar posturas investigativas e práticas pedagógicas, implodindo certos valores consagrados nos momentos datados da construção ou melhor da "invenção" do Brasil. Por isso, neste item historizamos as ciências, os conceitos e as principais visões (práticas e atitudes) existentes em relação aos indígenas, buscando nos indícios traçar as determinações expressas nos habitus disciplinares. Tal abordagem encontra sustentação na história cultural, no sentido apontado pelo historiador francês Roger Chartier quando define que o objeto dessa perspectiva histórica, consiste em "identificar como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler", alertando que uma tarefa desse tipo diz respeito "[...] às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real" (CHARTIER, 1990, p. 16-17).



"Descobrimento"

Desenho de Jan Vander Straet (Stradanus), gravura de Theodor Galle (1589). Na cena, Vespúcio acorda América, representada por uma índia Tupinambá. O encontro histórico dessa cena, adquire aspecto mitológico (CUNHA, 2002); (DE CERTEAU, 1982).

Fonte: Cunha (2002, p. 09).

São esses esquemas intelectuais compartilhados por um grupo que criam as representações do mundo social e tornam inteligível o outro. Nelas estão subjacentes "os interesses de grupo que as forjam". Para Chartier, as lutas de representações têm a mesma importância que as lutas econômicas para poder entender "[...] os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio." Nessa esteira, entendemos seguindo Chartier, que essas percepções do social não são discursos neutros. Como ele mesmo afirma: "[...] produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade a custas de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas". (Idem, p. 17).

Em relação ao conceito visão, o entendemos como um conjunto de "[...] significados, atitudes e valores partilhados e as formas simbólicas em que eles são expressos ou encarnados" (BURKE, 1989, p. 15). Esse entendimento é consensual entre vários arqueólogos, antropólogos e historiadores sociais que dialogam em torno das questões culturais.

Quanto às ilustrações e motivos visuais que acompanham textos de viajantes, cronistas e naturalistas, bem como as que decorrem da intenção de registro pictórico dos usos e costumes dos nativos americanos, é necessário esclarecer que a lógica que a orientava

deve ser problematizada. Isto, na medida em que as imagens e as manipulações feitas recriaram um repertório transformado. A maioria das vezes, eram feitas a partir de informações dos viajantes e não tinham correlato com o real. Belluzzo analisando a lógica das imagens sobre os habitantes do Novo Mundo, as considera amálgamas de preceitos clássicos e idealizações ao gosto do imaginário europeu. Nesse sentido, afirma: "Esse processo de sucessivas retomadas nos autoriza a falar em imagens e não em representações do novo mundo. Convém evitar a suposição de que as gravuras feitas a partir de informações dos viajantes tenham algum compromisso d'apres nature" (Idem, 1994, p.46)

A pré-história da História e da Antropologia

A gênese da reflexão Antropológica só é contemporânea à descoberta do novo Mundo [...] a grande questão que então é colocada, e que nasce desse primeiro confronto visual com a alteridade, é a seguinte: Aqueles que acabaram de ser descobertos pertencem à humanidade? (LAPLATINE, 1987, p. 37).



Gravura do séc. XIX mostrando um tema recorrente: O canibalismo "gastronômico".

Fonte: Cunha (2002, p. 21).

A preocupação com mapear e historicizar algumas dessas imagens e visões do que Laplatine conceitua como saber pré-anropológico, tem como foco o pensamento erudito e a historiografia que informa as abordagens sobre as sociedades indígenas, em particular. A historiografia, enquanto história/processo e sua escrita, como lembra De Certeau (1982, p. 33) "[...] relaciona dois termos antinômicos: o real e o discurso". A produção do discurso historiográfico inscreve-se em um lugar e em uma temporalidade determinada, reinterpreta as referências tradicionais (através de técnicas) com os símbolos e os marcos que legitimam uma determinada ordem política e social. Conforme De Certeau há quatro séculos que se escreve a história, que se fabrica a história ocidental como a "escrita conquistadora". Para esse historiador francês, existem

[...] etapas cronológicas dessa prática: no século XVI, a organização 'etnográfica' da escrita na sua relação com a oralidade 'selvagem', 'primitiva', 'tradicional' ou 'popular' que ela constituiu com seu outro [...], nos séculos XVII e XVIII a transformação das Escritas cristãs, legibilidade de um cosmos religioso, em 'representações' puras ou 'superstições' marginalizadas por um sistema ético e técnico das práticas capazes de construir uma história humana [...]; no limiar do século XX, o retorno da alteridade reprimida graças à prática escriturária de Freud [...], finalmente, o sistema atual da 'indústria' historiográfica. (DE CERTEAU, 1982, p. 10).

Dessa periodização interessa-nos destacar os mecanismos das operações etnográficas desvendadas pelo autor acima, na análise da *Historie d'un Voyage fait en la terre du Brésil*, publicado em 1578 por Jean de Léry, missionário calvinista, que descreve os tupi cerca de vinte anos depois de sua volta do Brasil.

A escrita "faz a história... É arquivo" dizia Lery. Seu relato pode ser considerado um exemplo paradigmático no campo etnográfico, na medida em que busca salientar as diferenças, evidenciadas em todo o que se vê na América: o modo de viver de seus habitantes, a forma dos animais "[...]" e em geral naquilo que a

terra produz, sendo DISSEMELHANTE do que temos na Europa, Ásia e África, bem pode ser chamado mundo NOVO, do nosso ponto de vista" (p. 220). Esse escrito é analisado por Certeau como uma "hermenêutica do outro", operação que aparece inúmeras vezes repetida nos trabalhos de etnografia. América será representada através da natureza e seus naturais, Europa como seu oposto, através da cultura. Assim a identidade do Ocidente Moderno se constitui em contraste com o Outro, o estranho ou a natureza. A imagem do outro é obtida através de oposições estáveis que contra-põem, a distinção entre o selvagem e o civilizado, entre os povos "sem história" e "sem cultura" e os "civilizados".



Guerreiros Tupimambá, do livro *A História de uma Viagem*, Jean de Léry, 1580. Léry imagina um índio estetizado, musculoso e inteiramente depilado para distanciá-los dos seres peludos que habitam a floresta. Expõe as marcas da guerra e os troféus de cabeças inimigas aos seus pés, para figurar a coragem e a bravura ostentadas pelos "selvagens".

Fonte: Grupioni (1994, p. 49).

Também através do relato de Léry cria-se o bom selvagem estetizado. Com relação a nós, os tupis são apresentados como "mais fortes, mais robustos e gordos, menos expostos que nós a doenças", até parecem ter "bebido da fonte da juventude". O relato de Lery esboça "[...] a fábula que será essencialmente a etnologia ou o modo de sua intervenção na História" (idem). Da obra de Léry, podemos também analisar criticamente, os desenhos que também foram, re-

alizados cerca de vinte anos depois absorvendo "[...] motivos das ilustrações de Thevet , reelaborando-os em nova sintaxe, baseada em modelos visuais dos antigos" (BELLUZO, 1995, p. 50).

Como mostra o estudo de Belluzo existe uma intertextualidade entre Léry, Thévet e de ambos com os as representações dos artistas clássicos. Operação essa na qual o bom selvagem começou a ganhar contornos no ideal dos reformadores protestantes do século XVI francês. Assim, tanto o processo de registro escrito como de elaboração das ilustrações visuais nos autorizam a pensar (em uma dimensão crítica) que tais textos e imagens materializam muito mais a imaginário europeu dos séculos XVI a XIX do que descrições etnológicas rigorosas. No item seguinte, as ciências e seus conceitos serão objeto de estudo.

Arqueologia das ciências e dos conceitos que abordam as populações indígenas

"Não é o retorno ao segredo da origem; é a descrição sistemática de um discurso-objeto" (FOUCAULT, 1972, p. 173).

Para sobreviver, homens e mulheres pré-históricos interagiram com o entorno natural desenvolvendo a cultura , o ambiente artificial no qual vivemos (e que está em contínua transformação). Construíram seu saber a partir da experiência e as observações pessoais, produzindo e utilizando (na medida de suas possibilidades) bens culturais para organizar a vida coletiva (DURHAM, 1984). As religiões e mitologias deram respostas às inquietudes sobre o mundo e o papel dos seres humanos. Mitos e lendas ajudaram a explicar e orientar condutas frente ao sobrenatural e ao desconhecido. O saber racional, de longa trajetória no Ocidente, com a Filosofia grega pareceu se confundir com o saber científico. No decorrer dos séculos seguintes à Antiguidade Clássica nota-se um lento progresso nos métodos e teorias que possibilitam uma construção metódica do saber. Na Idade Média, a reflexão filosófica (e as manipulações empíricas) encon-

travam-se sob a autoridade e os dogmas teológicos da Igreja Católica. O Renascimento marca a renovação das artes e a literatura. Durante o século XVII surgem novos pontos de vista e métodos como a observação e a experimentação, objetivando o pensamento científico. Amplas e diversificadas serão as descobertas que no século XVIII - "o das Luzes" - ocorrem principalmente no campo das ciências de natureza física, através da aplicação dos princípios experimentais. No domínio das Ciências humanas predomina a especulação filosófica e o viés ideológico das classes dominantes. Desta forma, como afirmam Laville; Dione (1999, p. 25) "[...] é no século XIX que a ciência triunfa [...] as descobertas abundam. Mas, saem dos laboratórios para ter aplicações práticas: ciência e tecnologia encontram-se".



Ilustração do Livro de Claude d'Abbeville onde se relata que apenas três índios do Maranhão sobreviveram do grupo levado, em 1612, por padres capucinos à Corte de Luis XIII para obter apoio político e financeiro à missão. As vestimentas e a composição da cena, bem ao gosto europeu da época, certamente visavam reforçar a possibilidade da "ação civilizatória" através da catequese.

Fonte: Cunha (2002, p. 10).

Essas descobertas, suas operacionalizações práticas e as visões de mundo que propiciam, transformaram radicalmente a fisionomia do século. A ciência surge como fonte inesgotável de progresso. É com esse espírito, maravilhado pelas mudanças aceleradas no campo das ciências naturais, que as ciências humanas se desenvolvem (e foram inventadas), na segunda metade do século

XIX. Seguirão o exemplo paradigmático das ciências da natureza, conforme a concepção de ciência, nomeada de Positivismo. Esse modelo metodológico, que perdura até nossos dias, impregnará a História, a Sociologia, a Arqueologia, a Antropologia, etc. que se conformarão, sob seu auspício, como ciências, no meio universitário e intelectual.

Durante o século XIX e até a metade do século XX, cada uma dessas disciplinas se "entrenchou", construindo campos de saber e métodos de abordagens específicos, mesmo compartilhando o objetivo de conhecer o homem em sociedade. Assim, a História definiu como objeto de estudo as sociedades "com escrita". A Pré-História centrou-se então nas sociedades "sem escrita", do passado. Ambas trabalharam em uma perspectiva diacrônica, cronológica. Enquanto que, a Antropologia privilegiou – numa perspectiva sincrônica- a observação direta e o discurso oral para o estudo dos povos ágrafos contemporâneos ou recentes (PROUSS, 2000).

De tal forma que, as ciências que mais freqüentemente lidaram e lidam com a problemática das populações indígenas nasceram com impregnadas pelo projeto cientificista – cada uma isoladamente - de "compreender, explicar e prever", de os problemas com que se defrontaram as sociedades ocidentais, dos países colonialistas sempre de olho nas riquezas naturais de suas colônias. O século XIX também será o século em que o fenômeno da "invenção das tradições" se dará com 'freqüência excepcional' sobretudo de 1870 a 1914, quando por diversos motivos, vários países praticaram "entusiasmamente" a produção em massa (e para as massas) de "invenções políticas" que estabelecem, sempre que possível, uma continuidade artificial com um passado histórico apropriado. Estados e movimentos sociais e políticos criaram deliberadamente novas formas que "assegurassem ou expressassem identidade e coesão social, e que estruturassem relações sociais" (HOBSBAWN; RANGER, 1997, p. 271). Emblemática desse período é a frase de d'Azeglio após a unificação política da Itália "Nós fizemos a Itália, agora temos que fazer os italianos". Para legitimar novos Estados e regimes,

aparece a política de massas que reconceituou e deu nova simbologia a fatos políticos reais e inventou outras tradições. Na França, as novas tradições tomaram três formas particularmente importantes, pois foram imitadas na América Latina: a) a educação primária, associada a esportes amadores, para substituir o papel da Igreja, e criar uma "religião cívica", através da centralização do conteúdo dos manuais; b) a invenção das cerimônias públicas, com toda a pompa oficial, paradas, bandeira, hino nacional, uniformes e acessórios militares, bailes e fogos de artifício; c) produção em massa de monumentos públicos (HOBSBAWN; RANGER, 1997).

A "estatuomania francesa" com seus heróis dos panteões e passeios públicos, bem como as cerimônias públicas e a institucionalização da escola pública foram estratégias sociopolíticas de construção de uma identidade nacional e, como tal foram incorporadas pelas elites sudamericanas. Essas estratégias buscaram (e conseguiram) tecer uma intrincada teia de estabilidade e continuidade entre as gerações, dando a ilusão de um passado comum. Embora, a segregação ocultava-se por trás dessas estratégias de comunidade artificial.

O conceito de Pré História surgiu no século XIX quando a História é definida como a ciência que estuda o passado a partir de documentos escritos. O vasto período anterior à invenção da escrita tornou-se objeto de estudo da Pré-História. Nesse mesmo século, adota-se também o termo Proto-história para referir-se às sociedades que ainda não usavam a escrita mas eram estudados por letrados .

A Pré-História, enquanto disciplina científica, começou a adquirir forma com a teoria do evolucionismo de Charles Darwin e seu livro mais conhecido "A origem das Espécies", publicado em 1859. A partir de então, a espécie humana passou a fazer parte do reino animal, enquanto resultado da evolução, colocando em xeque a explicação teológica sobre a origem divina do mundo e do homem. Gradualmente, apesar da violenta reação que essa teoria provocou nos meios teológico e científico, começou a ser aceita a idéia de que a espécie humana era bem mais antiga que os seis mil

anos calculados a partir da Bíblia. Desde então, a versão bíblica tornou-se para muitos uma metáfora.

Também no século XIX, constitui-se a Arqueologia como uma disciplina auxiliar tanto da História como da Pré-História. Com base na análise dos vestígios materiais, os arqueólogos buscavam descrever o passado pré-histórico, tendo como fio condutor o tempo linear.

A Arqueologia, etimologicamente significa "conhecimento dos primórdios". Seu objeto de estudo limitava-se ao estudo das coisas antigas. Até o século XVIII, o interesse restringiu-se à cultura material de Grécia e Roma. Com as guerras napoleônicas, a esse interesse se soma a Egiptologia. Em realidade, somente nas últimas décadas do século XX, seu campo de ação se alargou para a cultura material de qualquer época, inclusive a do presente (FUNARI, 1989). Atualmente, o diálogo e aproximação entre Arqueologia e História permite avanços e fertilizações recíprocas, sem limitações cronológicas.

O período que a Pré-História objetiva estudar é vastíssimo. Enquanto que a História reservou-se o estudo de sociedades com documentação escrita, que se remontam no máximo a sete mil anos atrás.

Uma primeira consideração necessária refere-se à forçada e polêmica divisão que costumou-se a fazer entre a História e a Pré-História, considerando que atualmente o processo histórico como um todo constitui-se no objeto de estudo tanto da História como da Arqueologia e as múltiplas aproximações interdisciplinares.

Febvre um dos pais fundadores da "Escola dos Annales" já nos anos 30 do século XX, entre outras propostas, defendeu a ampliação "do arquivo do historiador" englobando como fonte histórica desde um poema até os vestígios arqueológicos. Indignado -pelo império dos documentos escritos-, Febvre questionava: separar a história da pré-história apenas porque para estudar essa última não existem documentos escritos? Por que fazê-lo se o pesquisador da cerâmica neolítica trabalha exatamente como os que utilizam dados estatísticos?:

La historia se hace con textos [...] La fórmula ligaba la historia a la escritura con estrecho lazo. Era el momento en que la pré-historia -nombre claramente significativo-

se dedicava a redactar, sin textos, el más largo de los capítulos de la história humana. (FEBVRE, 1993, p. 19).

Conforme Febvre, o historiador como um colecionador de fatos "extraídos" exclusivamente de textos escritos, aristocrática e sedentariamente encerrado em gabinetes, consentiu, no encolhimento e na mutilação da história. Ao mesmo tempo que, os estudos dos arqueólogos,

[...] eran vivificados sin cesar y renovados por las excavaciones, los descubrimientos de monumentos, y de material humano, en contacto con realidades sustanciales, como son un hacha de metal, un vaso de terracota o de barro [...] y obtener, analizando sus formas, cien datos concretos sobre la vida misma de los hombres y las sociedades (FEBVRE, 1993, p. 18).

Mas, o termo Pré-História continuou a difundir-se tanto que para referir-se ao período histórico anterior ao surgimento da escrita é difícil prescindir dele. É preciso lembrar que desde o século XVI a escrita foi considerada um divisor de águas entre "eles" (os "selvagens") e "nós" (os "civilizados").

Enquanto ciências, tanto a Pré-História como a História complementam a reconstrução do processo histórico e diferem quanto à época enfocada, às fontes documentais privilegiadas e aos métodos de reconstrução adotados. Junto com a Arqueologia, procuram analisar o modo de vida de populações que viveram em épocas diferentes.

Na Europa, a partir da descoberta (européia) do continente americano, no século XV, os europeus denominaram de "História" ao ciclo que se inicia com sua chegada ao continente e consideraram que a todo o período anterior à colonização constitui a "Pré-História". Atualmente, a definição de Pré-História "[...] tem como referência tradicional o período anterior à chegada dos europeus ao continente, em fins do século XV [...] ainda que hoje se saiba que se usava a escrita na América já antes da vinda dos colonizadores" (FUNARI; NOELLI, 2002, p. 13).

No entanto, os termos são usados de forma diversa na Europa e na América. Os "pré-historiadores" europeus estudam preferencialmente seus antecessores, os antigos homens do Paleolítico e do Neolítico. Nas Américas, o interesse pelos povos indígenas, impulsionou no século XIX, o surgimento da Antropologia. Por décadas, o estudo das culturas ameríndias ficou reservada aos antropólogos e arqueólogos que se debruçaram na análise das línguas e práticas culturais a partir dos vestígios de sua cultura material e, respectivamente. O termo Pré-História foi aplicado para se referir ao período anterior à presença européia.

Reconhecendo a inconsistência e artificialidade do termo Pré-História, no caso da América principalmente, Funari; Noelli (2002) adotam uma definição mais ampla do que seja a Pré-História do Brasil, abrangendo desde o povoamento dos primeiros homídeos, no atual território brasileiro, até chegar aos indígenas contemporâneos à época de Cabral. Esses autores salientam que a população dessa época apresenta uma crescente variedade lingüística, cultural e étnica que demograficamente alcançava milhões de habitantes.

Outros termos utilizados para referir-se à história anterior à chegada de Cabral ao Brasil são: Pré-Cabralino e Pré-Colombiano - abrangendo essa última denominação as grandes culturas ameríndias das três Américas. Por fim, mais recentemente, grande parte dos arqueólogos e historiadores brasileiros adotam o conceito Pré-Colonial. O termo considera, enquanto marcos divisores do passado ameríndio, a conquista e colonização do continente. Assim, a História e a Arqueologia pré-colonial corresponderiam à história anterior à chegada dos europeus à América, sendo 1492 e 1500, as datas limites em nível das Américas e do Brasil, respectivamente (LEVY apud HERBERTS; COMERLATTO, 2003).

Assim, o estudo das populações pré-coloniais brasileiras toma por base informações de ciências diversas, sejam elas oriundas da Arqueologia ou da Pré-História e os cruzamentos interdisciplinares com as outras ciências (Paleontologia, Paleobotânica, etc) que estudam os vestígios materiais e os fósseis que chegaram até nós.

Já para o estudo dos povos indígenas do Brasil Colonial português até o processo de colonização regional, contamos com relatos de naturalistas, etnólogos, antropólogos e historiadores amadores e profissionais que, entre outros, nos informam sobre vários aspectos da vida desses grupos, com discursos que expressam as visões, o pensamento e as concepções ideológicas de diferentes épocas.

Em relação à nomenclatura de etnologia, recebida de Ampère, se fixa durante o século XVII. Ao respeito, explica De Certeau (1982, p. 211) –, que o formato discursivo da etnologia toma como fonte a oralidade (do primitivo) "[...] que liga uma prática interpretativa a uma prática social"; a espacialidade (de um sistema social sem história); a alteridade (a diferença cultural) e a inconsciência (de fenômenos coletivos com um significado que lhe é estranho ao observador).

O formato deste discurso narrativo é denominado por De Certeau de "quadrilátero etnológico" oposto à historiografia moderna que, na mesma época apresentava quatro noções contrapostas à etnologia: a escrita; a temporalidade; a identidade e a consciência (Idem).

Sobre a problemática do conhecimento histórico, em linhas gerais, podemos caracterizar brevemente a História tradicional, a partir de sua consolidação enquanto ciência, no século XIX até a renovação historiográfica promovida pela Escola dos Annales que questionará, como insuficiente e limitador, o paradigma positivista da História tradicional.

A concepção que aqui denominamos de História tradicional foi estratégica tanto para elevar a História ao estatuto de ciência, como para legitimar a formação dos Estados-nações e a formação de "identidades nacionais". Seus principais pressupostos são: a História enquanto o conhecimento do passado das sociedades letradas; o domínio dos documentos oficiais escritos como única fonte histórica de reconstituição dos "fatos" políticos e administrativos (Sem documentos não há história); uma concepção de tempo cronológico, linear, atravessado pelo evolucionismo progressista (DMITRUK, 1998).

Como mencionamos antes, entre outras estrangulações, esse "realismo" positivista levou a separar a História da Pré-História.

Apesar da pretensa imparcialidade e objetividade de seus postulados básicos, uma das características será a forma ideologizada do discurso, no qual, o fim acaba por justificar o passado, o presente e os projetos de ordenação social. Essa construção historiográfica tradicional, enquanto construção de uma versão do passado que legitima a ação das classes e grupos dominantes de uma nação e até mesmo de uma localidade.

A primeira e decisiva virada historiográfica, denominada de *nouvelle histoire*, será a Escola dos Annales. Para esses historiadores a história é por definição, absolutamente social. Portanto, defendem uma abordagem interdisciplinar e a ampliação do conceito de fonte histórica, abrangendo todos os vestígios da passagem do homem. O alinhamento da História no campo das Ciências Sociais e sua abordagem interdisciplinar submeteu tudo o que fazia antes a um novo olhar. Assim, passaram a fazer parte do ofício do historiador os novos problemas, novas fontes, novos métodos e fins. Porém, somente na década de 60 do século XX, influenciados pelos Annales e a história marxista, os historiadores brasileiros voltaram-se para as novas tendências, sensibilizados por questões ligadas à história social, cultural e do cotidiano, bem como pelas contribuições teóricas de Michel Foucault, aportando possibilidades de superação da abordagem histórica e museológica tradicional.



Gravura de Joham Froschauer representando pela primeira vez a antropofagia brasileira.

Fonte: Cunha (2002, p. 21).

Imagens e visões contraditórias na produção cultural

Durante os últimos 500 anos, a América não cessou de oscilar entre as duas imagens brancas dos índios e, nos dois casos, as gentes e as culturas só puderam aparecer filtradas pelas lentes da bondade ou da barbárie originária. Cegos e surdos para a diferença cultural (no sentido amplo deste termo), os pós-colombinos e pós-cabralinos realizaram a obra da dominação, mesmo quando julgaram que faziam o contrário, desejosos de aumentar o rebanho do povo de Deus ou os cidadãos da sociedade moderna. (CHAUI apud GRUPIONI, 1994).

Como aponta Marilena Chauí no epígrafe deste item, essas imagens contraditórias, que imbricam exatidão com apasionamento, fantasia, épica e cosmologias religiosas coexistem, desde o século XV até o presente. As relações, representações pré-antropológicas e políticas foram orientadas por esse imaginário eurocentrista, a partir da observação direta de um objeto distante e da reflexão a distância sobre este objeto (LAPLATINE, 1987).



Fonte: Cunha (2002, p. 383).

Hans Staden, na parte superior (de barba) sangrando um índio carijó doente, que será morto primeiro e logo esquartejado. As xilogravuras foram feitas sob orientação de Staden que duas décadas após seu cativeiro, em 1557, publicou um relato ilustrado sobre o episódio. Nesse relata os costumes antropófagos do índio que irreverente zombava dos prisioneiros europeus dizendo: "Lá vem a nossa comida pulando".

Com efeito, desde os primeiros relatos sobre o Novo Mundo - diários e cartas de Colombo, Vespúcio, Caminha, Las Casas, Sepúlveda, Oviedo, etc, as representações iconográficas e os estudos de naturalistas e pintores do século XVIII como Post e Eckhout e do século XIX como Rugendas e Debret ou Meirelles - veiculam imagens idealizadas ou bestializadas das criaturas que habitavam esse pedaço do mundo.



O amor infeliz de uma índia por um português é representado no quadro "Moema" de Vitor Meirelles, 1882.

Fonte: Cunha (2002, p. 135).

Durante o século XVIII, a crítica iluminista da civilização, inspirada no estereótipo do bom-selvagem de Rousseau, revela-se no Romantismo literário e das artes pictóricas. Em vários aspectos, o olhar romântico segue a trilha aberta no século XV quando os "primitivos" eram considerados habitantes do Paraíso perdido (e achado), pelos ibéricos. O tema do indianismo foi uma profícua fonte de inspiração na literatura brasileira, foi o tema preferido no imaginário colonial setecencista (na pluma de poetas do Arcadismo), retornou com o Romantismo através do projeto de brasilidade de José de Alencar (que incorporava o índio, o negro e o branco) e foi recuperado no Modernismo (e seu projeto de regresso às raízes da nacionalidade) da segunda década do século XX. Por outra parte, também na segunda metade do século XIX com o triunfo do evolucionismo, os estudos etnográficos e naturalistas multiplicaram-se pois "[...] prosperou a idéia de que certas sociedades teriam ficado na estaca zero da evolução, e que eram portanto algo como fósseis vivos que testemunhavam do passado das sociedades ocidentais" (CUNHA, 1992, p. 11).

Enquanto representantes da infância da sociedade, um dos historiadores oficiais do Império, Varnhagen dizia, em 1850, que para os indígenas "[...] não há história: há só etnografia" (citado por MONTEIRO apud SILVA; GRUPIONI, 1995, p. 221). Por considerá-los membros de sociedades sem história e outras razões, como a tese da extinção desses povos, tanto no campo da História e como da Arqueologia tem sido escassa a atenção dispensada por historiadores e arqueólogos às populações indígenas, até porque estudos sistemáticos poderiam trazer à tona dados contrários aos interesses hegemônicos.

O escrito de Inácio B. Machado, de 1725, também serve - em parte - para entender a origem desse descaso que tem como base uma marcada visão eurocêntrica e racista:

Como eram e são tão bárbaros, e destituídos de razão não trataram da Escritura, ou de outros monumentos em que recomendassem à posteridade as suas Histórias [...] e todo o memorável com que a fortuna e a política vão sempre, com os séculos, acrescentando às Histórias das Monarquias. Por esta cauza, ignoramos o que se conhece de todas as outras Nações do Mundo [...] (MACHADO apud CUNHA, 1992, p. 9).

A idéia de superioridade racial era muito antiga na Europa, porém adquiriu legitimidade científica com o Conde de Gobineau, por volta de 1870 tornando-se um instrumento do imperialismo para justificar a "natural" "[...] supremacia dos povos da Europa Ocidental sobre o resto do mundo" (DA MATA, 1987, p. 70).

Paralelamente, no século XIX, predominava a tese da extinção no campo de elaboração teórica da Antropologia e da História. Von Martius, outro historiador oficial do Império brasileiro, afirmava que "já era visível o germen do desaparecimento rápido" (apud MONTEIRO In: SILVA; GRUPIONI, 1995). Influenciadas pela corrente evolucionista, essas ciências do Homem e as sociedades apostavam na extinção daqueles "homens da idade da Pedra".

Se, como frisamos a História-ciência se gesta e se consolida na Europa como uma estratégia geopolítica de invenção historiográfica

do Estado-nação, por sua vez, a Arqueologia, desde o começo, se constitui enquanto um instrumento de manipulação ideológica, primeiro entre reinos e depois entre países igualmente expansionistas. Como foi asseverado por Rowlands (apud FUNARI, 1989, p. 70):

Política e Arqueologia estão inseparavelmente ligadas uma a outra a nível regional e nacional, já que interpretações conflitantes do passado estão na base de questões de separatismo étnico ou regional e referentes à integração provinciana ou nacionalista levada a cabo pelo estado moderno.

Não obstante as lacunas (deliberadas ou inconscientes) concordamos com Neves (In: SILVA; GRUPIONI, 1995, p. 176) que:

[...]os vestígios arqueológicos são importantes documentos para o estudo da história indígena, apesar de ainda existirem no Brasil poucas pesquisas onde arqueologia, antropologia cultural e etnohistória estejam sistematicamente integradas já em sua concepção.

De fato, a Arqueologia desenvolveu uma série de métodos e técnicas, um intenso diálogo interdisciplinar para o estudo detalhado da cultura material, deduzindo formas de estruturação social de todas as sociedades e culturas, entre elas os indígenas. O próprio crescimento da etnohistória e da etnoarqueologia atestam as possibilidades de seus aportes para uma nova geração de arqueólogos preocupados com o estudo das sociedades indígenas arqueológicas e históricas.

Por outro lado, como bem destaca Monteiro (1995) as discussões no campo científico e na aplicação prática legitimaram e promoveram: o deslocamento dessas populações, os sistemas de trabalho impostos que desagregaram as comunidades, a assimilação forçada, a violência premeditada (incluindo o extermínio físico), a mortandade por agentes patogênicos (da gripe, da varíola, do sarampo, etc). E, até nas fases mais esclarecidas da "proteção oficial" os agentes e órgãos indigenistas trabalhavam para amenizar o impacto "civilizatório", mas com o pressuposto do desaparecimento total dos povos indígenas

Somente nas últimas décadas esse pressuposto começou a ser revertido. Evidencia-se, inclusive, uma tendência de aumento demográfico como resultado da ação das organizações indígenas para a reconquista de seus direitos históricos (MOREIRA, 1995). E, também porque progressivamente vai surgindo uma nova bibliografia histórica, sociológica, antropológica e arqueológica que problematiza a tese da extinção, e demonstram o processo de reafirmação indígena e, com novos olhares, discutem a modernidade indígena para pensar muito dos problemas contemporâneos como o ecológico.

Revisitando os livros didáticos de História e os museus

Durante as duas últimas décadas, diversos estudos sobre os textos didáticos europeus vem assinalando várias disfunções no tratamento das populações pré-coloniais e dos povos não europeus em geral. As análises compulsadas por Serra i Salomé; Alegret i Tejero (1998) revelam: a) omissões importantes e a ausência de temas cruciais a seu respeito; b) abordagens pré-conceituosas com a projeção de imagens estereotipadas sobre os grupos minoritários; c) visões etnocêntricas que impedem uma interpretação mais aproximada tanto da diversidade como do aporte cultural desses grupos; c) grande presença de conceitos e teorias com viesses "cientificamente" racistas e etnocentristas que dificultam a construção de um discurso positivo da diversidade humana e da interculturalidade.

Revisitando criticamente, tanto na História escrita e ensinada e nos livros didáticos como na prática arqueológica, a grosso modo, pode se perceber que apesar das novas construções historiográficas e as propostas curriculares nacionais de Pluralidade Cultural, as representações excludentes e etnocentristas perduram até hoje nos textos escolares e em muitos historiadores "oficiais" dos municípios, que assumem a incumbência de escrever a história local, tendo como marco fundante a chegada dos colonizadores. Como dizia Walter Benjamin (1983), é a escrita e difusão de uma versão da história que, conservando a ótica dos vencedores e sufocando as ou-

tras histórias, ordena a sociedade no presente e no futuro. Nessa perspectiva e, desde uma ótica político-ideológica, ignoram-se os particularismos, os regionalismos, as minorias de todo tipo e se oferece uma história nacional (e local) ao gosto dos grupos dominantes e dentro da lógica das "relações coloniais" de poder.

Se estudássemos de forma comparativa as histórias nacionais produzidas no século XIX na maioria dos países da Latino-América poderíamos encontrar várias semelhanças. Citaremos apenas duas: prevalece nelas uma certa noção de progresso linear e a idéia de que nossas nações se foram construindo por etapas sucessivas, a partir da ação de alguns homens que lutaram contra os representantes do atraso, da barbárie (como os índios e os "jagunços" de toda espécie) e, os substituíram. A exemplo das "tradições inventadas", a mensagem mais nítida que essa historiografia pretende transmitir é a de que existe uma história homogênea, com um passado único, com um patrimônio cultural também homogêneo enquanto referenciais para a formação de uma identidade nacional. Identidade como nação e como ideologia hegemônica, que busca assegurar o consenso social necessário para o funcionamento do Estado-nação (DMITRUK, 1998).

Os livros didáticos e de História, salvo raras exceções, ainda reproduzem a historiografia mais tradicional. Ao respeito Dea Fenelón (1987, p. 28) asseverou que na escola o processo de ensino segue o modelo da transmissão/assimilação de uma história oficial, com conteúdos prontos que reproduzem "[...] em manuais consagrados, o mito da palavra escrita e a confusão entre historiografia e o processo histórico acontecido".



Tupi



Tapuia

Óleos do pintor holandês Albert Eckhout, da Corte de Maurício de Nassau, pintados em 1643. Trata da alegoria do senso comum do século XVII: a possível "domesticação" doTupi e a ferocidade do Tapuia.

Fonte: Cunha (2002, p. 111).

Apesar do número considerável de estudos e reflexões dentro da Nova História, da nova Museologia, das perspectivas críticas da Arqueologia e da Antropologia atuais, dos subsídios pedagógicos e publicações patrocinadas pelo MEC bem como as matérias de jornais e boletins das organizações não-governamentais (ONGs compostas por indígenas e indigenistas), os livros didáticos tendem a legitimar as conseqüências da conquista colonial européia. Tendem a manter e reforçar as visões das classes e grupos sociais dominantes, com noções ultrapassadas ou tão "pós-modernas" que se tornam ambivalentes e contraditórias, obstaculizando uma análise "pós-colonial" da alteridade, na qual o Outro colonizado seja visto como Sujeito.

Quanto à visão dicotômica e cristalizada dos indígenas brasileiros, não é mais novidade, que as matrizes curriculares e os livros didáticos continuem a " [...] perpetuar um quadro de estereotipia inculcado desde o período colonial português" (LIMA In: SILVA; GRUPIONI, 1995, p. 408).



Encontro de viajantes europeus com índios. Desenho de Rugendas (1802 - 1858). Em 1825 publicou o livro *Viagens Pitorescas* deixou um enorme acervo de esboços e gravuras dos índios coroados de São Paulo e de Aldeias de Tapuias.

Fonte: Hermida (1965, p. 57).

As informações sobre o período "pré-histórico" e as populações nativas (sejam elas pré-coloniais, coloniais ou pós-coloniais) quando existem, geralmente são simplificadas e veiculam estereótipos, informações desatualizadas ou enganosas porque não encontram correlato com fatos históricos. Ignoram-se, em ditos textos, a existência de etnias autóctones e diferenciadas culturalmente, tanto no passado e como no presente. Nos manuais escolares visualizam-se estampas eivadas de conotações evolucionistas, sem problematizá-las. Reproduzem-se imagens de cenas idílicas de indígenas no "paraíso" alternadas com gravuras mostrando um canibalismo "gastronômico" que muitos pesquisadores alegam não ter existido jamais. As imagens, muitas vezes, somam-se expressões do " selvagem", "primitivo" em oposição ao progresso, à "civilização" dos primeiros conquistadores europeus e, depois dos colonizadores gaúchos de origem européia que se estabeleceram na região, nas primeiras décadas do século XX.

No século passado até a década de 90, os manuais disponíveis para os professores, "autoplagiavam" versões já consagradas nas perspectivas ideológicas tradicionais da Antropologia, da História e da Arqueologia . Concordando com LIMA (idem, p.408) é como se existissem:

[...] estruturas cognitivas profunda e longamente inculcadas na maneira de pensar a história brasileira que orientam a percepção, e permitem a reprodução, de um certo universo imaginário em que os indígenas

permanecem como povos ausentes, imutáveis, dotados de essências a-históricas e objeto de preconceito: nunca saem dos primeiros capítulos dos livros didáticos; são, vaga e genericamente, referidos como um dos componentes do povo e da nacionalidade brasileira, algumas vezes tidos como vítimas de uma 'terrível injustiça', os verdadeiros senhores da terra. Não surgem enquanto atores históricos concretos [...] presentes até hoje em tudo o que se passa em muitas regiões do Brasil.



Toque de retirada dos índios Coroados. Desenho de Debret (1768-1848). Pintor francês que permaneceu por quinze anos no Brasil, integrando a Academia Imperial de Belas Artes, desde a sua fundação em 1825. Em 1825 retornou a França e dez anos depois publicou a *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, com textos e ilustrações de diferentes grupos indígenas, costumes e vida material. (GRUPIONE, 1994). Nessa ilustração, os "Coroados" lembram os Sioux norte-americanos.

Fonte: Hermida (1965, p. 59).

Os livros didáticos ainda reproduzem pré-conceitos oriundos dessas matrizes teóricas conservadoras. O novo quadro de reflexão crítica ainda não se reverteu em textos acessíveis ao público em geral, com iconografias complementadas por legendas críticas, com estratégias didáticas problematizadoras das relações coloniais de poder ainda existentes em relação aos grupos nativos. Embora frequentemente se critique a visão linear evolucionista da História e seu viés eurocentrista, a grande divisão quatripartite da História Geral é mantida inclusive nos cursos de formação dos professores de História. Certas categorias e suas conotações míticas per-

manecem implícitas, mesmo quando aparentemente são criticadas. As narrativas ainda fixam o “[...] Outro colonizado como objeto de curiosidade, do saber e do poder metropolitanos



"O negro passando a branco, na terceira geração, por efeito do cruzamento das raças". Essa legenda acompanhava a ilustração do ensaio de João B. Lacerda, Diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro que, em 1911, apresentou sua tese do branqueamento para o Brasil mestiço. (SCHWARTZ, 1993).

Quadro de M. Brocos.

Fonte: Schwartz (1993, p. 12).

Para ilustrar, mencionamos algumas frases feitas, sobre a progenitura indígena, do tipo: "os índios são os primeiros habitantes do país" um clichê que não garante a demarcação de suas terras nem muda a permanência arraigada de outro clichê "muita terra para pouco índio!". Ou, "a formação do povo brasileiro pelo elemento branco; o indígena e o negro" que destaca, em ordem hierárquica, os colonos portugueses, faz alusão às contribuições do índio e insinua a fusão das três raças, numa perspectiva raciológica de branqueamento que, como evidencia Lima (SILVA; GRUPIONI, 1995), mesmo criticada continua orientando estratégias pedagógicas e os esquemas expositivos dos profissionais da História e os trabalhadores em museus.

Imagens, visões, preconceitos também devem ser considerados como uma temática que merece análise histórica e pedagógica. Desde os anos 80, diversos cientistas sociais europeus e brasileiros - desde perspectivas diferentes - vêm discutindo os processos vio-

lentos (e sutis) de etnocídio e desenvolvendo a problemática da etnicidade enquanto um universo temático e a importância central da preservação da identidade étnica no contacto interétnico da sociedade moderna – atravessada por processos de transculturação. Apesar da produção crítica nos espaços educativos, essas questões continuam a ser desconsideradas. Toda a heterogeneidade etno-cultural existente – constituída pelos indígenas, os afro-descendentes e imigrantes e descendentes de imigrantes de vários continentes- até hoje continua a ser apagada da consciência que adquirimos e transmitimos. O Brasil continua a ser imaginado (e vendido) como o crisol de três raças. A pluriethnicidade e, portanto as diferentes trajetórias e patrimônios culturais são silenciados e englobadas genericamente enquanto "índios", "pessoas de cor", "caboclos", etc.



Nos museus estrangeiros a imagem de um "grande laboratório racial" foi construída sobre o Brasil, no final do século XIX. Essa representação era acolhida por intelectuais brasileiros que ao mesmo tempo, se apoiavam em teorias raciais deterministas e evolutivas e tinham discurso liberal. Como entender esse paradoxo que coloca em xeque a democracia racial brasileira? (SCHWARTZ, 1993).

Casal da Aristocracia agrária; casal de sertanejos; capitão-do-mato português e carregador indígena, todos representados como mestiços. (W. ADAMS, 1832).

Fonte: SCHWARTZ (1993, p. 177).

Uma visão vesga e excludente paira também no âmbito da museologia. Viceja ainda a tradicional definição do museu enquanto lugar onde se expõem obras de arte, objetos raros ou antigos, coleções particulares ou científicas. O museu como um local especial para abrigar coleções da burguesia europeia e americana triunfante, consolidou-se, também no século XIX.

A prática dos museus em finais do século XIX remete ao que Foucault (1972) descreveu como um "projeto de uma ciência geral da ordem", na medida em que tanto os museus da Europa como os do Brasil (e seus diretores) são evolucionistas sociais convictos que "têm uma verdadeira mania classificatória" (SCHWARTZ, 1993, p. 92). Ao classificar e hierarquizar as espécies humanas locais, ao buscar na flora, na fauna e na geologia modelos de compreensão, ajudaram a divulgar as teorias racistas e a discutir o incerto futuro da "jovem nação mestiça" (Idem).

O estudo de Maria M. Lopez (1997) demonstra que, com apoio do mecenato imperial e interagindo com Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro-IHGB (criado e presidido pelo imperador ilustrado, Dom Pedro II, em 1838) os museus brasileiros estabeleceram práticas isoladas entre si. Mas, estavam inseridos no circuito de produção científica mundial, dialogando com os museus americanos e europeus, tomando parte do debate sobre o futuro das "raças" no Brasil e concluindo pela inexorável diferença entre os homens. Com base no estudo dos caracteres físicos das "raças humanas", (usando técnicas como a craniologia) os museus etnográficos aproximaram-se às ciências naturais e opuseram-se à etnografia social (SCHWARTZ, 1993).

Podemos afirmar que, mesmo sendo instituições pioneiras na pesquisa sistemática das ciências, os museus históricos e etnográficos são herdeiros do elitismo social e cultural do século XIX.

Concordando com Brefe (1998, p. 55) constituíram-se como "lugar da representação e legitimação da Nação, um novo espaço público de sociabilidades".

Essa concepção de museu atualmente é objeto de crítica na medida: que não oferece espaço para ações educativas, tampouco

para a pesquisa ou a reflexão histórica, nem possibilita, um retrato aproximado e inter-cultural da cultura pluri-étnica brasileira; também a noção de memória e de patrimônio nacional veiculada é questionada quanto à sua qualidade nacional e inclusiva. As questões patrimoniais e suas ligações com a identidade individual e social estão hoje no centro das discussões historiográficas. Sua inserção e interação na e com a sociedade precisa se alargar e democratizar-se com urgência, não apenas na Carta Constitucional de 1988 e nos discursos acadêmicos e políticos.

Todavia, na maioria dos casos, observa-se que essas instituições, em vez de produzir e analisar a memória social, em vez de beneficiar-se da renovação dos estudos históricos, arqueológicos, etc. e do campo educacional crítico, permanecem sem propiciar o conhecimento, a compreensão e problematização da rica diversidade cultural que caracteriza o patrimônio cultural do Brasil.

Mas, como já asseverava há uma década Funari: escolas, educação formal e museus (e a História acrescentaríamos nós) não se relacionaram com a cultura material, a não ser de forma decorativa, como mera ilustração.

Causa espanto pois, apesar dos recentes estudos arqueológicos do mundo material podem se constituírem em uma importante estratégia educativa para a compreensão histórica da materialidade das relações sociais entre os diversos grupos sociais, a História ensinada e a Museologia, de maneira geral, ignoraram o estudo dos vestígios materiais. As instituições da memória, como os museus, ainda não acolhem os patrimônios culturais das minorias do passado e do presente. Não há lugares para afirmar sua identidade, até porque cabe dizer que são bastante recentes as abordagens críticas que buscam (des)construir, por meio da problematização da cultura material, o imaginário que justifica ou naturaliza desigualdades e exclusões sociais.

Na grande maioria dos espaços museológicos da região Oeste Catarinense, o mundo indígena visibilizado é o do passado remoto, (mais do que arqueológico, do passado geológico!), enquanto que o do presente, seus modos e condições de vida não são mencionados e muito menos problematizados. Esses equívocos e con-

fusões tornam esses lugares da memória em lugares da colonização e em lugares da não-memória indígena.

Tanto no cotidiano escolar como nos meios de comunicação de massas, o mundo social indígena, em geral, vem sendo dado a conhecer sobre a base de categorias discriminatórias, com abordagens superadas e freqüentes erros de interpretação e informação.

Excetuando algumas experiências pontuais, a problemática indígena é maltratada na história da Educação brasileira. O resultado do descaso materializa-se na pobreza de subsídios teóricos, recursos didáticos e estratégias pedagógicas e na deficiente preparação dos professores para discutir aspectos relevantes da arqueologia e da questão indígena. A falta de recursos conceituais e pedagógicos na Escola e no Museu relega a problemática dos povos indígenas presentes e mantém a desconsideração do rico patrimônio cultural arqueológico e etnográfico dessas etnias como referencial identitário e, paralelamente reforça a naturalização da discriminação e a consolidação dos preconceitos.

Em consonância com uma História elitista, centrada no "homem branco, europeu, cristão, adulto, rico e hegemônico" a produção cultural e os museus estão propensos a excluir os "testemunhos cotidianos dos índios, dos negros, dos povos dominados, dos trabalhadores, das mulheres, das crianças e das minorias sociais", como denuncia Funari (s.d.).

Identidade, diferença, etnocentrismo, estereotipo, preconceito, racismo e discriminação encontram-se intimamente ligados. São pois, muitas e complexas as questões que envolvem a construção social da exclusão, neste artigo trouxemos à tona algumas imagens, representações e posturas em relação às culturas indígenas que encontram-se hoje na fronteira do senso comum. Perpassado por pressupostos "científicos" ultrapassados, esse senso comum, em geral, assume a forma de preconceitos. Os preconceitos tomam por base imagens, crenças estereotipadas e clichês reproduzidas nos museus, nos livros didáticos, nos meios de comunicação, no cotidiano escolar e familiar. Em última instância, fornecem pistas para entender algumas das razões que continuam a alimentar os conflitos cul-

turais na região e atentam contra posicionamentos anti-discriminatórios em relação às nossas populações indígenas.

Referências

ARAÚJO, Marcelo M.; BRUNO, Maria Cristina O. *A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos*. Brasília: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

BARBA, Francisco Esteve. *Historiografia indiana*. Madrid: Editorial Gedos José Ferrer, s.d.

BELLUZZO, Ana Maria. A lógica das imagens e os habitantes do novo mundo. In: GRUPIONI, Luis D. (Org.). *Índios no Brasil Índios no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e Desporto, 1994.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BETTENCOURT, Lucia. Cartas Brasileiras: visão e revisão dos Índios. In: GRUPIONI, Luis D. (Org.). *Índios no Brasil Índios no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e Desporto, 1994.

BREFE, Ana Cláudia F. Os primórdios do Museu: da elaboração conceitual à instituição pública. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, nov. p.281-315, 1998.

BURGUIERE, André. *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

BURKE, Peter. *A cultura popular na cidade moderna*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

CHARTIER, Róger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. *O direito à cidadania: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DA MATTA, Roberto. Disgressão: a fábula das Três Raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: _____. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DMITRUK, Hilda B. *A história que fazemos*. Chapecó: Grifos, 1998.

_____. *Dicionário para conhecer e valorizar o Patrimônio Cultural. Série Interdisciplinar*. Chapecó, 2003. (no prelo).

_____. *Memória, História e legados culturais no Oeste Catarinense. Série Interdisciplinar*. Chapecó, n. 42, 2001.

DMITRUK, Hilda B.; JAGUSEWSKI, Terezinha C. *O presente em busca do passado: leituras e memórias dos moradores de Nova Itaberaba*. Chapecó, 2001.

DURHAM, Eunice. Cultura, patrimônio e preservação. In: ARANTES, Antonio. *Produzindo o passado*. Brasiliense: São Paulo, 1984.

FEBVRE, Lucien. *Combates por la história*. Barcelona: Planeta-Agostini, 1993.

FENELON, Dea. *A formação do profissional de história e a realidade do ensino*. Projeto História. São Paulo, 1987.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio Janeiro: Forense Universitária, 1972.

FUNARI, Pedro P.; NOELLI, Francisco S. *Pré-História do Brasil*. São Paulo: contexto, 2002.

_____. *Arqueologia*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Com os olhos na Europa e os pés na América. Livros & Redes, fev. 2001.

_____. Cultura material e arqueologia histórica. Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. *El mito bandeirante: elite brasileira, cultura material e identidad*. Boletín de Antropología Americana, dic. 1991.

_____. *Ensino de história, modernidade e cidadania*. Anais do III Encontro Nacional de pesquisadores de história v. 13, n. 25/26. Campinas, 1999.

_____. La educación vocacional y la enseñanza de historia en Brasil, *Revista de formación docente*, Mendoza, 1994.

FUNARI, Pedro Paulo (Org.). Memória histórica e cultura material. *Revista brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, 1992/93.

GRUPIONI, Luis D. (Org.) *Índios no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e Desporto, 1994.

GUARINELLO, Norberto L. *Os primeiros habitantes do Brasil*. São Paulo: Atual, 1997.

HERBERTS, Ana Lúcia.; COMERLATTO, Fabiana. *Patrimônio Arqueológico: para conhecer e conservar*. Florianópolis: ELETROSUL; Scientia Ambiental, 2003.

HERMIDA, Antonio J. Borges. *Compêndio de história do Brasil*. São Paulo: companhia Editora Nacional, 1965.

LAMOUNIER, Isabel. *Museo y sociedad*. Buenos Aires: Centro editor de América Latina, 1993.

LAPLATINE, Francis. A pré-história da antropologia. In: _____. *Aprender antropologia*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.

LOPEZ, Maria M. *Com os olhos na Europa e os pés na América: a pesquisa científica no Brasil do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MILLER Jr., Tom. *Etnoarqueologia: implicações para o Brasil*. Arquivos de Museu de História Natural. Belo Horizonte,

MONTEIRO, John. O desafio da história indígena. In: SILVA, Aracy L. de; GRUPIONI, Luis D. (Org.). *A temática indígena em sala de aula*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

_____. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luis D. (Org.) *Índios no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e Desporto, 1994.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENARD, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.

PROUS, André. Arqueologia, Pré-História e História. In: TENÓRIO, Maria C. (Org). *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez.1993.

RENK, Arlene. *Dicionário nada convencional*. Chapecó: Grifos, 1997.

SCHWATZ, Lílian M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SERRA I SALAMÉ, Carles; ALEGRET I TEJERO, Joan Lluís. La diversidad humana en los libros de texto. *Cuadernos de Pedagogía*, Barcelona, n. 264, dez. 1998.

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luis D. B. (Orgs.). *A temática indígena: novos subsídios para professores de 1o. e 2o. Graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução à teoria do currículo*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, B. (Coord.). *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

TRIGGER, Bruce G. *Etnohistória: problemas y perspectivas*. In: INSTITUTO DE INVESTIGACIONES ARQUEOLÓGICAS Y MUSEU. _____ San Juan (Argentina), 1987.

Nota

* Professora e coordenadora do Curso de História da Unochapecó

Abstract

The article deals with images and visões that the discursivas representations on the Brazilian aboriginals, in the relation between History, History and Archaeology as subjects. These boardings had created or consolidated eurocêntricas and racist visões that do not reflect histories and processes lived deeply for the different etnias in Brazil. In this perspective, historiciza the question at different moments and different sciences, elaborating apanorama of the different looks on the problematic one and pointing some ways with respect to the overcoming of the esthereotypeof the common sense, propagated inspaces as media, daily familiar and pertaining to school.

Palavras-chave: Indians, discourse, image, racism, historical features.

